

# **Encontros Monitorizar a Crise**

**Organização ISCSP –ISEG**

12 de Dezembro de 2011

## **A crise actual e a perspectiva Europeia**

**Anália Torres**

Professora Catedrática do ISCSP

Presidente da ESA, *European Sociological Association*

(2009-2011)

Contributos para analisar e explicar a presente crise financeira, económica e social.

1) Como chegamos aqui? Elementos para a compreensão da génese e das particularidades da crise em especial para a Europa. Olhando para os últimos 10/20 anos na Europa era previsível este desfecho?

2) Que características específicas tem *esta* crise financeira relativamente a outras crises?

Um olhar de fora (de Portugal) enriquecido pelos contributos dos sociólogos Europeus que vêm escrevendo sobre o tema.

- Estamos a viver uma guerra financeira e económica. A crise gerada na banca “privada” nos EUA, obrigou o investimento público a salvar os bancos – nos EUA e na Europa - o que por sua vez fez disparar a despesa pública e com ela a crise das dívidas soberanas.
- Retenhamos isto: o privado gerou a crise do público . A retórica nalguns países – senão na maioria – é que foram as despesas públicas, os gastos do Estado – “as gorduras” - que provocaram a crise que vivemos. Mas não foram. E é preciso não esquecer onde tudo começou.
- Exportada para a Europa a crise abalou primeiro as economias mais frágeis, mas os países vão caindo uns atrás dos outros – como na 2ª guerra mundial... – também porque a Europa é uma zona politicamente frágil. Não há política orçamental comum, nem unidade política. Os nacionalismos, as desigualdades de poder entre os países, os interesses políticos e os problemas financeiros e económicos ameaçam o euro e com ele um projecto Europeu inovador e desafiante.

Estivemos em dificuldades em vários momentos na Europa nos últimos 20/30 anos . Crises financeiras (1981, 1991, 1993, 2003), políticas, guerras civis. E tendemos a esquecer...E esta crise já podia ser adivinhada? O que há de novo agora? Quatro factores:

1. Velocidade e sensação de desintegração (pensávamos há uns meses que voltaríamos ao escudo?).
2. O poder disruptivo dos mercados financeiros: o ataque aos Estados, lucrando os mercados com as dívidas e com esses mesmos ataques. Despudor absoluto: o caso da Grécia com a *Goldman e Sachs* a ajudar os gregos a “mascarar” as contas públicas para depois os mesmos virem impor austeridade, e ganharem mais com isso.

2. Problemas de liderança política. Não há qualquer noção de solidariedade, emerge a desconfiança. Acções políticas comandadas por uma moral punitiva com preocupação central: as eleições em cada país. As instituições europeias são desautorizadas perante a lei do mais forte. As lógicas financeiras subjagam as políticas e suspendem as democracias.

- O Estado de bem-estar, já em dificuldades, está agora completamente em causa. Ataque às classes médias tem como efeito a recessão, menor consumo, aumento do desemprego, maior despesa do Estado, empobrecimento de largos sectores da população.

## COMO CHEGÁMOS AQUI?

- Desde finais de século XIX até aos anos 70 do Século XX as desigualdades nos países desenvolvidos diminuíram à custa de fortes redistribuições: impostos progressivos, subsídios governamentais aos mais pobres, protecção e serviços sociais, etc. A distância entre ricos e pobres diminuiu. Aumentaram significativamente as classes médias e houve mobilidade social (Judt, 2010).
- Mas a partir de 1980 essa distância aumentou de novo chegando agora a grandes extremos em especial nos EUA, no Reino Unido (e em Portugal).
- Para explicar a viragem temos de conjugar as dinâmicas específicas do **capitalismo financeiro**, e das lógicas designadas por **neo-liberais** – com os seus lóbis e as suas pressões políticas junto de regiões chave no mundo - com os **factores políticos**.
- A retórica Thatcheriana e Reageniana (continuada por outros dirigente políticos) que alimentou a ideia da des-regulação dos mercados – financeiro, trabalho - foi a de que “liberta” da regulação, a iniciativa económica dos pequenos e médios floresceria. Ameaçados com subsídios de desemprego mais curtos os desempregados eram “obrigados” a arranjar trabalho. Só que a criação de emprego começou por não absorver os menos qualificados. Sem trabalho e sem protecção social a pobreza aumentou.

- Do outro lado da escala social, o florescimento da iniciativa dos pequenos e médios empresários, com excepção de alguns nichos de mercado, foi também uma ilusão. O que se viu pelo contrário foi que, para competir à escala nacional e internacional, era necessária maior concentração do capital. Observa-se assim o poder acrescido das multinacionais, a globalização, a deslocalização do capital para procurar mão-de-obra mais barata noutras partes do mundo.
- Estes dois “actores” deixaram os seus países com maiores e profundas desigualdades. A pobreza global duplicou e a pobreza infantil triplicou no Reino Unido entre 1979 e 1990 quando Thatcher foi derrotada e ainda aumentou para 34% em 1995/96 – o pior índice dos países desenvolvidos – já no governo conservador de Major.

- E importa lembrar que:

Maiores desigualdades sociais (elevados índices de Gini) estão sempre associadas a:

- mais problemas sociais;
- mais problemas de saúde mental e física;
- mais crime;

Os campeões destas desigualdades são os EUA, o RU e Portugal (Wilkinson & Pickett, 2009); Ferreira de Almeida (2011).



- No caso específico da Europa Continental, com modelos de protecção social diferentes dos do chamado modelo liberal, estas pressões neo-liberais fazem também sentir os seus efeitos. Outras regiões do mundo têm trabalho mais barato ao mesmo tempo que há dificuldade em absorver na Europa a mão-de-obra menos qualificada devido às **mudanças tecnológicas**. Há também problemas para os mais qualificados já que só uma parte minoritária pode ser absorvida pelo mercado de trabalho (Wolfgang Streeck, 2001).
- Estas dificuldades vêm sendo assinaladas há mais de 10 anos. Em 1999 Kholi e Novack (2001: 6, 10) fazendo um balanço das principais dificuldades da Europa e da crise do Estado – Providência afirmam que “dos três factores de integração da Europa – **comércio livre**, protecção política para indústrias chave e Estado de bem-estar social para proteger os desfavorecidos – só o primeiro sobreviveu .
- “O modelo social europeu está sob pressão”. E concluem que sem protecção social os conflitos surgem e **fundamentalizam-se sob a pressão da exclusão e da privação económicas e da desvalorização moral**”.
- Mais de 10 anos depois é o que estamos a assistir de forma clara – os confrontos em Inglaterra em Julho, os indignados de Espanha a Wall Street.

Mas há também especificidades nesta crise financeira, que arrasta a crise económica e social e importa olhar para elas com algum cuidado analítico.

- O **capital financeiro** com a sua extraordinária mobilidade é hoje a força dominante que controla Estados, nações, regiões do globo. Também por factores estruturais já que os ganhos são incomparáveis com os obtidos pelo capital industrial (embora haja também lucrativas combinações entre ambos).
- Em 2007, quando ainda não se falava da crise do *sub-prime*, Nicos Mouzelis analisava as mudanças introduzidas pela extraordinária mobilidade do capital financeiro: “é o que explica a incapacidade estatal para controlar os movimentos de capitais e para redistribuir a riqueza produzida,” (Mouzelis, 2010: 27).
- Qualquer tentativa de controlar esses movimentos implica fuga massiva do capital para países onde as condições de trabalho são primitivas.

Também Frederic Lordon, economista, vem falar-nos na necessidade de um olhar sociológico para explicar a crise. Aponta um problema fundamental da visão económica neoclássica : o de esquecer que os **agentes económicos são agentes sociais**; é necessário ter em conta:

1. As forças irresistíveis do que pode ser chamado de “competição insaciável ” e a pressão esmagadora da competição devem ser consideradas como **forças sociais**, num universo onde se intensificam lucros excepcionais, por comparação com outras formas de lucro;
2. As falhas do controlo do risco não são nem acidentais, nem inultrapassáveis;
3. Os efeitos da "inovação financeira" como uma crença social e como uma ilusão colectiva;
4. O fracasso das instituições reguladoras para intervir de forma adequada e oportuna e resistir à euforia geral e à pressão intensa do lobby dos interesses.

*Necessidade de repensar as formas de regulação.*

Frederic Lordon, Why economic sociology matters to understand the financial crisis (and what should be done accordingly to overhaul finance).

- Parece assim necessária a análise sociológica das condições estruturais em que actuam os mercados financeiros. Como também já se está a fazer em Portugal tanto para estes como para as chamadas agências de *rating* (Terlica e Coelho, 2011). Para que se possa desmontar a retórica da *inevitabilidade* que tem acompanhado com frequência o discurso político.
- Também interessa perceber por que do lugar do político não tem sido possível impor limites ao poder do capital financeiro e destes vários mercados.
- Uma primeira resposta simples, talvez demasiado redutora, é a de que os lóbis financeiros actuam directamente nos fóruns políticos e impossibilitam quaisquer decisões que firam os seus interesses.
- Mas devemos ir um pouco mais longe.

- A criação da UE representa um esforço político para construir um corpo de normas e instituições de defesa dos direitos humanos, de luta contra o nacionalismo ou qualquer outro "ismo" ou de ideias de supremacia de uma nação .
- E estas normas políticas e esforços não foram alimentados por qualquer das antigas tradições - religiosas ou outras - mas basicamente pelas lições aprendidas com a Segunda Guerra Mundial e com o Holocausto (Therborn, 1995: 25).
- Este esforço de integração beneficiou de uma coligação de interesses e de uma aliança entre a social democracia e a democracia cristã para a construção da prosperidade, para evitar mais conflitos mortais e destrutivos na Europa.
- Parece ter sido esta coligação de esforços que se rompeu perante a acção das forças mais poderosas do capitalismo financeiro e das suas crises.

- Estas perspectivas sobre a Europa e as suas instituições representam apenas uma parte das que se discutem na arena pública. Há debate constante sobre o que a Europa está a ser o que deve vir a ser.
- No entanto, parece ganhar a tendência que insiste na importância da desregulamentação e numa lógica neo-liberal. É o que vai transparecendo como tônica dominante nos principais documentos da Comissão Europeia (Boje, Steenbergen e Walby, 1999: 6) .
- Assim, a coligação de interesses, de ideias políticas e de princípios inspiradores que animaram os fundadores da União Europeia foi sendo posta em causa. É por isso que Goran Therborn escreve em 2005:  
*"A concepção social da Europa, uma perspectiva amplamente partilhada da identidade política europeia (...) está sendo ideologicamente abandonada (...)"*.

E é também por isso que hoje Ulrich Beck insiste, num texto de Fevereiro de 2011 intitulado *Cooperate or Fail! The way out to the Euro Crisis*.

*“os países europeus estão condenados a cooperar e (...) deviam mesmo fazer uma Declaração de Inter-dependência”.*

ou

*“Quem quiser estabilidade política e segurança (social, financeira e ambiental) tem de praticar a solidariedade Europeia”*

ou ainda, já em 30 de Novembro de 2011.

*“A Europa operou um milagre de transformar inimigos em vizinhos. Perante a crise do Euro é preciso um segundo milagre: transformar a Europa da burocracia na Europa das Democracias e dos cidadãos.”*

- Fechando o ciclo e procurando responder às iniciais.
- A crise actual tem um génese clara e constitui a aceleração final de um processo que se vem a desenhar desde os anos 80 nos chamados países desenvolvidos. O móbil instrumental parece ser a eliminação das regras da regulação dos vários mercados.
- A Europa construiu-se a partir da decisão política de líderes que aprenderam com o passado e inverteu um ciclo de desentendimento, destruição e guerra. Torna-se fundamental o retorno do político ao espaço público.
- O exercício que procuramos fazer, com o auxílio da reflexão de alguns sociólogos europeus é útil para ganhar perspectiva. Mas é também fundamental aprofundar mais a análise sobre a natureza e a especificidade desta crise para poder desmontar de forma convincente, consistente e fundamentada no espaço público as contínuas falácias que vamos ouvindo:
  - Sobre “os culpados” (só nós; só eles);
  - Sobre as pobres soluções que nos vão oferecendo para sair dela e que nos encerram num círculo vicioso – austeridade=recessão+dívida+austeridade+ recessão